

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.028](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.028)

COMUNIDADE SURDA DE MACAMBIRA-SE: CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Daisy Mara Moreira de Oliveira

Professora Ma. de Libras do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS/ Campus Itabaiana, daisymm01@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa “Comunidade Surda de Macambira: língua, inclusão social e educacional” voltado à compreensão do atendimento educacional ofertado a este grupo minoritário, caso considerado raro nacionalmente por possuírem surdez geneticamente transmitida. O objetivo foi caracterizar a comunidade de deficientes auditivos de Macambira nos aspectos relativos à trajetória educacional, a fim de obter informações que permitam colaborar para o processo de inclusão escolar efetiva do sujeito surdo. Utilizou-se como suporte teórico: Casarin (2014), Costa (2010), Sá (2006) que tratam da educação no contexto da inclusão educacional do surdo; os documentos legais Brasil (2002) e Brasil (2005) os quais deliberam sobre a valorização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; Albuquerque (2010), Lakatos (2008) na construção estrutural da pesquisa, entre outros. A pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa e exploratória, com coleta de dados na perspectiva da pesquisa-ação, visto que houve envolvimento da pesquisadora com a finalidade de promover mudanças no meio observado. Foi adotado como instrumento para a coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, aplicadas a vinte e sete indivíduos com surdez, um gestor municipal, bem como dois docentes de Sala de Recurso Multifuncional do município. A pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de ética e Pesquisa da

Universidade Federal de Sergipe. O resultado das entrevistas apontou para um mínimo de proficiência na leitura e escrita do português por parte dos adultos surdos e evasão escolar já na primeira etapa do Ensino Fundamental causada, entre outros aspectos, pelo bullying sofrido no ambiente escolar. Como resultado prático da pesquisa-ação foi possível inicialmente ofertar o curso básico de Libras a 30 professores da rede Municipal do município com o objetivo de incentivar um atendimento educacional de melhor qualidade, maior respeito e valorização à LIBRAS a fonte de comunicação eficaz no desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Bilingue, Surdos.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa “Comunidade Surda de Macambira: língua, inclusão social e educacional” teve como iniciativa a investigação de um grupo de surdos¹ que encontram-se localizados no Pé de Serra de Belinho e Pé de Serra do Bilau no Município de Macambira-SE. Neste artigo é abordado apenas as questões voltadas ao atendimento educacional ofertado a esta comunidade visto que o item língua e inclusão social estão em processo de pesquisa.

O interesse pelo desenvolvimento da presente pesquisa surgiu mediante leitura de uma notícia veiculada na primeira página do Jornal Cinform intitulada: “Cidade tem 50 pessoas que compõem uma comunidade com linguagem incomum” (ALMEIDA, 2013). Destacamos ainda alguns dados interessantes coletados pelo jornalista na referida reportagem, dentre eles: 1. A comunidade de surdos era nomeada pelos moradores locais como “Brocos”; 2. O número de pessoas identificadas foi de 50 indivíduos habitando há mais de 70 anos em um povoado; 3. Eram reconhecidos pela comunidade ouvinte do Município como um povo, uma raça diferenciada.

Embora não tenha encontrado pesquisas científicas na área, a reportagem reporta a causa da surdez como genética pelo fato de os surdos casarem-se entre si.

Diante do exposto tivemos como objetivo de pesquisa caracterizar a comunidade de deficientes auditivos de Macambira a fim de obter dados na área educacional que colaborem para o processo de inclusão escolar efetiva do sujeito surdo. Já os objetivos específicos foram:

Caracterizar o perfil sociodemográfico; 2. Investigar os aspectos linguístico da comunicação utilizada; 3. Diagnosticar as fragilidades do processo de inclusão escolar 4. Incentivar parceria com a Secretaria de Educação de Macambira e a Universidade Federal de Sergipe no apoio e capacitação dos autores envolvidos no processo de uma educação inclusiva de qualidade.

1 Optou-se pela nomenclatura surdo por entender que devido ao nível de perda profunda estes indivíduos se enquadram na definição de surdo disposto no Art. 2 do Decreto 5.626/2005. (BRASIL, 2005)

Neste contexto, surgiram vários questionamentos que nos impulsionaram a realizar esta pesquisa sobre a comunidade surda de Macambira-SE, dentre eles: Qual o verdadeiro sentido da nomenclatura “Broco” dada a esta comunidade surda? Qual o suporte educacional dado às crianças desta comunidade? Existe intérprete em sala de aula? Há sala de recurso para o atendimento público? Os professores das redes Municipal e Estadual que atende à comunidade surda estão capacitados na língua de sinais a fim de ofertar uma educação bilingue de qualidade?

Diante a todas as inquietações expostas apresentamos como problemática central responder ao seguinte questionamento: como as características da comunidade surda de Macambira-SE influenciam o processo de inclusão escolar? E apresentamos como hipótese da pesquisa a seguinte afirmação: Acredita-se que, devido ao desenvolvimento das particularidades de comunicação da comunidade surda de Macambira-SE, não há inclusão educacional efetiva.

A importância da pesquisa é justificável quando se tem por parâmetro o último censo realizado pelo IBGE no Brasil em 2010, no qual foi detectado que do total de 45.606.048 de habitantes um percentual de 23,9% deste são de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, e dentro desta porcentagem encontra-se a deficiência auditiva ocupando a terceira posição em nível de ocorrência no país com uma porcentagem de 5,10% da população brasileira. (OLIVEIRA, 2012).

A região Nordeste se comparada às outras regiões brasileiras vem ocupando o primeiro lugar de incidência maior de deficiência (OLIVEIRA 2012). E quando se pensa em termos de Alfabetização, esta região também tem os índices mais baixos dentre as regiões brasileiras. Assim, ocupando o primeiro lugar, tanto em número maior de deficiências quanto de deficientes analfabetos, a região Nordeste carece de iniciativas que ajudem a minimizar este quadro.

Diante das estatísticas apresentadas é que destacamos a relevância desta pesquisa em três âmbitos: 1. Quanto a modalidade – por ser uma pesquisa ação foi possível ofertar aos discentes da região um curso de 45 horas da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS com finalidade de reversão deste quadro estatístico, de modo que, neste caso, os deficientes auditivos possam ser atendidos

através de uma escola verdadeiramente inclusiva, com o suporte docente capacitado e bem equipado com materiais próprios na LIBRAS. Em segundo lugar baseados no número elevado de deficientes auditivos concentrados no Município de Macambira, com surdez geneticamente transmitida e perda de audição tardia, caso peculiar, possibilitou a caracterização do grupo em: número de indivíduos, identificação das possíveis carências educacionais, e por fim se existia uma comunicação corrente diferenciada que não a Libras, dentre outras necessidades. E em terceiro lugar, diante da temática da inclusão propostas nos documentos legais de nosso país, entende-se que é papel da comunidade científica envolver-se nos debates e assuntos relacionados, quer na esfera social, política, e/ou educacional, buscando estabelecer uma troca de saberes entre a academia e a comunidade para construir novos olhares acerca das práticas atualmente vigentes no Estado de Sergipe.

METODOLOGIA

A pesquisa proposta em sua abordagem é qualitativa e quanto ao objetivo optou-se pela modalidade exploratória. Já os procedimentos para coleta de dados enquadraram-se na perspectiva da pesquisa-ação, na qual segundo Marconi e Lakatos (2003) haverá um envolvimento do pesquisador com a finalidade de promover mudanças no meio observado.

A coleta de dados teve duração de seis meses e foi realizada na forma de entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE, 2010). Todas estas informações foram essenciais para a construção da segunda etapa, as atividades de extensão propriamente ditas na medida que as opiniões e dados coletados em campo foram subsídios para a realização do curso de capacitação dos professores do Município de Macambira em LIBRAS.

Adotamos como elementos de pesquisa entrevistas semiestruturadas as quais foram aplicadas junto a públicos-alvo diferenciados e com objetivos distintos: 1. A Secretaria de Educação do Município, cujas entrevistas deram enfoque ao atendimento educacional disponibilizado aos deficientes auditivos; 2. Os atores sociais acima de 18 anos que compõe a comunidade surda de Macambira, os quais foram entrevistados sobre questões relativas à própria surdez a fim

de averiguar o grau de perda auditiva, identificar o número de surdos da comunidade, grau de escolaridade, língua que utilizam na comunicação, dentre outros. No caso específico dos surdos entrevistados foi adotada a metodologia Bola de Neve, ou snowbaal, em que o primeiro entrevistado indica os demais, e assim sucessivamente, até encerrarem as indicações (ALBUQUERQUE, 2014).

As entrevistas foram analisadas com base na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFREVE; LEFREVE, 2005) e através da metodologia da Análise de Conteúdos (BARDIN, 2001), a partir da especificidade do conteúdo analisado. As citações diretas de atores sociais envolvidos no tema proposto foram citadas com sigilo pessoal preservado utilizando siglas no lugar do nome.

A compilação de todo material pesquisado e obtido em campo foi realizado através da metodologia de triangulação de dados, que “consiste na combinação de metodologias diversas no estudo de um fenômeno” (LAKATOS, 2008, p. 283), permitindo então “que cada fenômeno seja tratado a partir de diferentes pontos de vista e que exista uma imagem mais ampla da realidade” (VERDEJO, 2006, p. 13).

REFERENCIAL TEÓRICO

Na pesquisa foi possível recorrer aos teóricos para identificar casos de comunidades surdas em outros locais para percebermos se era algo comum no mundo ou não. Desta maneira foi possível perceber que são raras as comunidades surdas a nível mundial. Encontramos na bibliografia o primeiro caso registrado da ilha de Martha’s Vineyard em Massachusetts-USA em meados do Século XX, cuja localidade havia uma alta concentração de indivíduos com deficiência auditiva.

Na ilha de Martha’s, houve uma grande incidência de surdez hereditariamente transmitida conforme vemos em Gesser (2009, p. 36), a qual retrata a condição de inclusão verdadeiramente adotada na ilha para com seus moradores surdos: “Estavam tão integrados ao dia a dia da ilha que não se consideravam nem eram considerados deficientes ou um grupo à parte”. A autora ainda cita o livro produzido por Nora Groce, intitulado *Everyone Here Spoke Sign Language* o qual retrata a forma que a língua de sinais foi adotada pelos ouvintes da ilha produzindo uma inclusão verdadeira,

pois, se para o surdo a única barreira que se impõe socialmente é a da comunicação, uma vez a sociedade conhecendo sua língua e se comunicando através dela, não existem impedimentos para a socialização e desenvolvimento na área educacional e do trabalho para o sujeito surdo.

O segundo caso foi aqui no Brasil em uma aldeia dos índios Urubu-Ka'apor². Devido ao alto índice de surdez nesta etnia existem os surdos indígenas desenvolveram a Língua de Sinais Ka'apor Brasileira - LSKB, a qual é de uso corrente entre os surdos e os ouvintes desta comunidade indígena. O índice de surdez deste grupo é de um surdo para setenta e cinco ouvintes. Taxa considerada superior à medida de outros povos. Na década de 60 havia 75 surdos entre os 500 indígenas que compunham esta comunidade. (PHILLIPS, 2014). Alguns pesquisadores, dentre os quais linguista, como Ferreira (2010) tem realizado estudo na área. Este grupo migrou do Pará no fim do século XIX, atualmente a população é de 2.300 indivíduos. Investigações preliminares indicaram que o que provocou o alto índice de surdez na área na década de 60 foi a alta incidência de varíola aviária, porém não houve uma pesquisa consistente a respeito (VASCONCELOS, 2015). Trazemos esta informação para esclarecer que assim como esta comunidade de Martha's, e a dos indígenas surdos da tribo ka'apor, a comunidade surda de Macambira também aparenta ser um caso peculiar de alta concentração de deficiência auditiva e, portanto, carece de pesquisas para identificar vários fatores como: causa da surdez, número de surdos, língua utilizada, quais as características do atendimento educacional que este público tem recebido, inclusão social, dentre outros.

Diante desta constatação e dos desafios que a educação tem de ofertar um ensino de qualidade a esta minoria é que buscamos o suporte das políticas públicas brasileira em prol da inclusão dos deficientes. Assim, constatamos que no Brasil tais iniciativas vieram culminar na publicação da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), um avanço em termos de movimento inclusivo,

2 Embora já se tenha registro de uso de sinais por outros surdos indígenas em aldeias como as dos índios Kaingang (GIROLETTI, 2008) ou Terenas (SUMAIO, 2014), em nenhuma destas aldeias havia uma língua de sinais de comunicação corrente como no caso da tribo Urubu-ka'apor.

dentre estes o serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE mediante a criação de salas de Recursos Multifuncionais, local prioritário para atendimento dos alunos com algum tipo de deficiência (SILUK, 2014). Anteriormente a este documento a Lei Nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002) favoreceu o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como segunda língua de nosso país e primeira do surdo brasileiro.

Desta maneira, quando assinalamos a “Libras como um sistema linguístico originário de uma comunidade é reconhecer que se trata de uma língua humana que nasceu entre pessoas que se identificam por características biológicas e culturais inerentes a elas” (RIBAS, 2007, p. 60), portanto a via através da qual ocorre a aquisição de conhecimento de mundo, troca entre os pares e fortalecimento identitário e cultural. E a escola, muitas vezes, é a primeira a favorecer este desenvolvimento linguístico visto que, muitos surdos nascem em famílias de ouvinte e só irão ter o primeiro contato com a língua de sinais no ambiente escolar.

O Decreto Nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005) descreve como deve ser a educação ofertada aos surdos da Educação Infantil até o Ensino Superior. Através deste foi possível delinear um modelo de educação que priorizasse a Libras como língua de instrução do sujeito surdo e o Português na modalidade de segunda língua na forma escrita.

Assim, obedecendo ao que preconiza os documentos citados acima, é necessário que as escolas estejam preparadas para incluir os surdos em todas as etapas de seu desenvolvimento escolar, respeitando sua língua materna e utilizando metodologias adequadas ao seu desenvolvimento escolar em dois momentos distintos: o da inclusão em sala regular de ensino e, no turno contrário, o apoio do AEE em salas de recursos (THURCHIELLO; SILVA; GUARESCHI, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA COMUNIDADE SURDA DE MACAMBIRA

Através da pesquisa de campo foi possível identificar 30 indivíduos (todos parentes) entre 7 e 65 anos de idade. Através das

informações coletadas percebeu-se que os indivíduos nascem sem comprometimento auditivo, e a perda da audição ocorre gradativamente entre os 4 até os 14 anos de idade. Este dado é importante porque, devido a perda só se instalar dos quatro anos para frente, este indivíduo consegue se comunicar através de leitura labial. A população de surdos encontrada foi de: Quatorze indivíduos do sexo masculino e 16 do sexo feminino. Destes, 29 já atestados com grau de surdez profunda através de exame de audiometria. Apenas uma criança de sete anos a qual se encontra em processo de perda auditiva ainda não foi submetida a exame audiológico para atestar o grau de perda.

Percebemos que, se comparado ao número citado na reportagem do CINFOME (ALMEIDA, 2013) o de 50 indivíduos, atualmente existem apenas 30 deles residindo a uma distância de 3 km da cidade de Macambira em uma região denominada Pé de Serra de Belinho e Pé de Serra de Bilau. Nestas duas localidades foram identificadas 13 famílias. Segundo relato de um dos informantes, MS, alguns faleceram visto que já se passaram 9 anos desde a reportagem e 2 famílias foram morar em outro município.

No quesito profissional, todos acima de 18 anos se declararam como lavradores. Desta forma trabalham nas fazendas da região, sendo a fonte de renda familiar. Além disso recebem do governo o auxílio Brasil.

Através da construção de uma árvore genealógica foi possível identificar o primeiro ancestral mais antigo de que se conseguiu dados com histórico de surdez, o qual denominaremos de Adão nesta pesquisa. Adão casou-se com uma ouvinte e desta união nasceram cinco filhos sendo 3 ouvintes e dois surdos. A estes dois filhos surdos denominaremos de J1 e J2. J1 casou-se com uma ouvinte (casal já falecido), e desta união nasceram 12 filhos. Destes, nove perderam a audição entre os 4 e 10 anos de idade, os outros 3 filhos não apresentaram perda auditiva.

Foi possível constatar que, da família de J2, nasceu um filho com surdez (primo carnal de J1) o qual denominaremos de J3. Assim foi possível perceber que do Pé de Serra de Belinho os moradores surdos são oriundos da família de J1. Já do Pé de Serra de Bilau os surdos são da família de J2, o qual gerou J3 e este teve 10

filhos, destes 6 ficaram surdos e 4 filhos não apresentaram perda auditiva.

Verificamos que esta comunidade mantém um contato esporádico com os moradores de Macambira, o qual ocorre apenas quando é o dia da feira municipal e precisam fazer compras ou necessitam de atendimento médico. E a via de comunicação utilizada entre a comunidade surda e moradores de Macambira se dá através da oralidade e leitura labial realizada pelos surdos. Porém, a maioria dos surdos, por não terem um acompanhamento com fonoaudiólogos, encontram certa dificuldade em compreender o que está sendo dito pelos ouvintes, segundo afirmação dos entrevistados.

Percebemos através das entrevistas haver uma certa resistência da comunidade dos surdos de se deslocarem até a cidade de Macambira. E foi possível identificar que um dos motivos estava exposto na reportagem do Jornal Cinform (ALMEIDA, 2013), cujo dado na época da leitura nos chamou a atenção ao lermos o termo utilizado pelos moradores de Macambira ao se referirem à comunidade surda que foi a expressão “Brocos”. A informação foi confirmada pelos entrevistados surdos e apontado como uma das formas de maior discriminação e a que mais os incomodava, sendo o principal motivo de se manterem mais isolados.

Para entender a indignação dos surdos referente ao termo “Broco” procuramos identificar semanticamente a nomenclatura no dicionário e constatamos que o adjetivo tem duas formas de pronuncia a depender da região brasileira, os quais são “broco ou bronco”. E representa: pessoa abobalhada, sem refinamento, sem inteligência (Dicionário online, 2022). Desta forma podemos entender o porquê de os indivíduos da comunidade sentirem-se tão ofendidos.

Na literatura percebemos que os rótulos discriminatórios utilizados pelos ouvintes para identificar os surdos tiveram por base o pensamento patológico, de anormal e da incapacidade de fala como a exemplo do termo surdo-mudo (COSTA, 2010). Embora estejamos em pleno Século XXI, ainda existe o ranço histórico discriminatório permeando a sociedade na atualidade. Parece-nos que ainda persiste na sociedade o pensamento aristotélico no qual foi divulgado que, o surdo, por não falar “não tinha a possibilidade de

ser educado, de construir pensamento ou expressar sentimentos” (COSTA, 2010, p. 20).

É, justamente, a falta de conhecimento acerca do surdo e da surdez que faz perpetuar informações distorcidas as quais geram os estereótipos de que a surdez leva o sujeito a ter um déficit linguístico-cognitivo, daí o uso de palavras discriminatórias como “broco”. Relacionado a este fato Casarim (2014, p. 251) diz que:

Somos conhecedores de uma série de indevidas racionalidades que surgiram nos últimos séculos quanto a capacidade linguístico-cognitiva das comunidades surdas, essas pessoas eram vistas como “atrasadas”, pobres linguisticamente”.

Certamente para interromper estas indevidas racionalidades dita pela autora, as quais vem se perpetuando historicamente, necessitamos de projetos educacionais que levem a informação e a inclusão social abrangendo os vários tipos de necessidades físicas, dentre elas a auditiva.

DADOS EDUCACIONAIS DA COMUNIDADE SURDA DE MACAMBIRA

Através da entrevista cedida pela Secretaria de Educação de Macambira foi possível apontar as seguintes ações em prol da inclusão dos surdos: a primeira se dá ao fato das crianças surdas se encontrarem matriculadas em sala regular de ensino com oferta de Sala de Recurso Multifuncional - SRM em turno contrário. Desta maneira a educação ofertada atualmente respeita a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva “uma das diretrizes fundamentais da política de educação” no Brasil (Lacerda e Lodi, 2014, p. 15). No ano de 2022 encontra-se matriculados 4 alunos do Ensino Fundamental na SRM.

O programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncional-SRM é reconhecido como “lócus preferencial” do Atendimento Educacional Especializado (Turchiello; Silva, Guareschi, 2014, p. 47). Diante disto vemos a importância da oferta deste atendimento em turno contrário ao escolar. No caso da Secretaria de Educação de Macambira este serviço tem sido prestado ao

público-alvo desta pesquisa, sendo atendidos uma vez por semana na SRM. Segundo Turchiello, Silva, Guareschi (2014, p. 58) “o tipo de atendimento a ser organizado para cada aluno, o período e a frequência de cada atendimento” dependerão de que maneira o docente responsável a partir dos seus objetivos do plano de atendimento traça seus objetivos respeitando a subjetividade e especificidade de cada sujeito.

A segunda ação da Secretaria de Educação é o fato de disponibilizarem a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos – EJA, proporcionando atendimento aos surdos que evadiram da escola, mas no momento não há surdos matriculados. A terceira e última ação detectada foi o incentivo e apoio logístico aos professores do município para fazerem o curso de capacitação em Libras (Curso básico de 45 horas). Desta maneira a gestão atual tem atendido o que preconiza os documentos legais ao inserir os surdos em sala regular de ensino, ofertar a Sala de Recurso, promover a EJA para os surdos adultos e o incentivo a capacitação dos professores para uma melhor qualidade de ensino.

Entretanto, percebemos que há algo a ser implantado para favorecer o uso da língua de sinais que é a oferta de intérprete de Libras em sala regular de ensino. Visto que a incidência de surdez é alta na região é urgente a contratação deste profissional uma vez que o nível da surdez constatada nestes indivíduos foi de grau profundo. Embora a presença deste profissional seja de fundamental importância, concordamos com Lacerda e Lodi (2014, p. 17) que apenas a presença deste “não garante que a educação de qualidade seja alcançada”, pois suas necessidades não se restringem apenas às questões voltadas a língua. É necessário se repensar também “uma proposta curricular e pedagógica que levem em conta as singularidades e características dessa comunidade” (SOARES e LACERDA, 2007, p. 129).

Na entrevista com a comunidade surda tanto do Pé de Serra de Belinho quanto do Pé de Serra de Bilau, constatou-se através das respostas referente a educação os seguintes dados:

ESCOLARIDADE	
GRAUS DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS
Ensino Fundamental Menor Incompleto (1º ao 5º ano)	17
Ensino Fundamental Menor completo	4
Ensino Fundamental Maior Incompleto	5
Ensino Fundamental Maior completo	3
Ensino Médio Completo	1
Ensino Médio Incompleto	2
Nunca Frequentou Escola	1

Percebemos que o número de evasão é alto no Ensino Fundamental Menor (1º ao 5º ano). A fim de entendermos o porquê de um número tão alto de desistentes já na primeira fase da escolarização desses sujeitos, apresentamos a seguir as respostas fornecidas nas entrevistas que apontam alguns fatores como responsáveis pelo não prosseguimento dos estudos, dentre eles:

FATORES QUE LEVARAM A EVASÃO ESCOLAR	
MOTIVO	NÚMERO DE INDIVÍDUOS
1. Fatores Econômicos (precisavam trabalhar na roça para ajudar os pais)	4
2. Bullying	8
3. Desestímulo por não entender o que estava sendo ensinado em sala	1
4. Não mencionaram o motivo	4
5. Maternidade precoce	1
6. Não gostava da escola	1
7. Briga com colegas geradas pelo bullying	4
8. Distância da casa até a escola	1

Dentre os dados apontados percebemos que o número maior de desistência foi atribuído ao bullying como o principal motivo de evasão e/ou que gerou brigas entre surdos e ouvintes causando o desestímulo na continuação dos estudos. Strobel (2008, p. 22) atribui a atitude dos ouvintes de discriminação social como sendo imagens equivocadas que nós ouvintes adquirimos sobre os sujeitos

surdos vendo-os “com curiosidade e, às vezes, zombam por eles serem diferentes”. Ainda acrescenta a autora afirmando que este posicionamento do ouvinte faz parte da política ouvintista que vem se perpetuando ao longo da história do sujeito surdo atribuindo a este o modelo clínico que tem por meta normalizá-lo.

Dentre as perguntas realizadas na entrevista, uma em particular tinha o objetivo de detectar o grau de letramento dos indivíduos acima de 18 anos que atualmente estão fora do sistema de ensino. Assim coletamos as seguintes informações:

DOMÍNIO DE LEITURA E ESCRITA	
RESPOSTAS	NÚMERO DE INDIVÍDUOS
Conseguem com dificuldade ler um texto pequeno	5
Não conseguem ler em português	17
Conseguem ler e escrever	4

Diante do número de surdos identificados que não mais se encontram inseridos no sistema de ensino (vinte e três indivíduos) e a quantidade dos que se declararão na condição de analfabetos (vinte e dois), os quais afirmaram dominar apenas a escrita do seu nome e/ou leem apenas poucas palavras isoladas, podemos perceber que faltou a estes indivíduos uma educação que conseguisse dar conta das suas especificidades. E diante disto, sem a perspectiva de avançarem nos estudos, negam-se a continuar sua vida escolar. Lacerda e Lodi (2014, p. 11) contribuem a este respeito afirmando:

Por essa razão, a educação de surdos, tem se revelado um assunto inquietante. As propostas educacionais direcionadas ao sujeito surdo embora (não se pode negar) tenham como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, acabam determinando uma série de limitações, levando-os ao final da escolarização fundamental (não alcançada por muitos) a não serem capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou a terem um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos.

Certamente a oferta de uma educação bilingue de qualidade é uma meta pretendida pelos órgãos responsáveis pela educação brasileira, mas a pergunta é até quando andaremos em passos tão lentos para alcançá-la? A esse respeito Casarim (2014, p. 252) atesta que as estatísticas de atendimento educacional ofertada ao surdo em nosso país mostra que “[...] grande número de alunos surdos que permanecem sem um ensino de qualidade e os poucos surdos que saem das escolas com no mínimo um desempenho regular de proficiência escrita no português [...]” é uma realidade em nossa pátria e conseqüentemente o motivo do grande número de desistentes.

Vimos também que outras estatísticas apontam que 96% dos surdos nascem em família de ouvintes, o que vai prejudicar o desenvolvimento linguístico do sujeito se não houver no meio familiar o uso da língua de sinais que favoreça a comunicação e tudo que envolve a falta dela como a exemplo de todo o conhecimento de mundo, aspectos morais, éticos, culturais que envolve a sociedade como um todo. Diante disto, vemos que o papel da escola é crucial na vida deste sujeito uma vez que ela terá a tarefa de apontar a esse educando uma forma de comunicação possível, portanto, poderá “compensar os déficits socioculturais aos quais a criança surda é exposta por viver em uma comunidade majoritariamente ouvinte” (SÁ, 2006, p. 89).

Assim, diante da realidade da educação ofertada aos sujeitos surdos, apontamos como possível solução a efetiva implementação de uma educação com abordagem bilingue, a formação dos agentes imersos na inclusão, ou seja, as equipes escolares, além disto, oferta de professor bilingue e uma metodologia adequada a este público. Desta maneira, acreditamos que inserir a criança surda em escola regular sem que haja qualquer alteração desse ambiente estaremos apenas utilizando a estratégia já descartada que foi a proposta de integração. Afinal a proposta inclusiva envolve mudança no atendimento como bem coloca Santos e Gurgel (2014, p. 51) na garantia de “seus direitos linguísticos respeitados e isso implica a presença na escola de outros profissionais da educação, como professores bilingues ou intérpretes de Libras”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível através dos teóricos perceber que a Comunidade de Surdos de Macambira é um caso raro visto que só há registros de apenas duas comunidades com as mesmas características de surdez genética como a exemplo da encontrada na ilha de Martha's Vineyard em Massachusetts-USA e o caso da tribo Urubu-Kaapo aqui no norte do Brasil. Desta maneira revelando a importância da pesquisa a fim de averiguar as necessidades desta comunidade nas várias áreas, entre elas a educacional.

Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa, o de averiguar se a educação escolar atendia a proposta inclusiva proposta nos documentos legais do nosso país, foi possível entrevistar os surdos e com o apoio da Secretaria de Educação local coletar dados para compor a nossa pesquisa. Assim, através das entrevistas realizadas foi possível atestar que, na atualidade, as crianças surdas na faixa etária correspondente ao Ensino Fundamental encontram-se inseridos em sala regular de ensino, tendo no contraturno escolar a oferta da SRM com uma frequência de atendimento de uma vez por semana respeitando ao que propõe a educação inclusiva brasileiras nos seus documentos legais. Porém, identificando no Atendimento Educacional Especializado a falta de oferta do profissional intérprete de Libras em sala regular de ensino, o que consequentemente mostra uma carência na oferta do ensino bilingue de qualidade.

Já com relação aos surdos acima de 18 anos, constando de 26 pessoas, percebeu-se que em algum momento na vida estudantil destes sujeitos houve negligência na educação ofertada causando desestímulo a prosseguirem os estudos. Elencaremos os seguintes dados por categoria partindo do maior ao menor motivo de evasão: 1. Fator mais proeminente apontado por 12 indivíduos para evasão escolar foi a questão do bullying sofrido através de estereótipos como a exemplo do termo "broco", o qual provocava brigas, sentimento de inferioridade e por fim o afastamento do convívio escolar; por questões econômicas apenas 4 pessoas; por falta de progresso no letramento 1 pessoa; por maternidade precoce 1 pessoa.

No quesito referente a alfabetização escolar, dos surdos acima de 18 anos, 65,4% destes se auto identificaram como analfabetos, o que mostra a falha da escola no atendimento ofertado

a estes indivíduos. Somente 15,4% se declararam alfabetizadas e 19,2% afirmaram o reconhecimento apenas de palavras isoladas no texto. Certamente que a volta ao sistema escolar destes indivíduos no atendimento da Educação na modalidade de Jovens e Adultos – EJA é um desafio a ser alcançado pelo sistema educacional do município de Macambira.

Através da pesquisa-ação proposta foi possível interferir com vista ao incentivo e fomento da Libras com a oferta de um curso de quarenta e cinco horas abrangendo o número de 35 docentes do Município de Macambira através do programa de extensão da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Em resposta ao questionário de satisfação no final do curso, houve um interesse de 98% dos docentes participantes na realização de um outro módulo a fim de aprimorarem o conhecimento da Libras.

Desta maneira, concluímos respondendo ao nosso objetivo geral e hipótese inicial da pesquisa afirmamos que, na atualidade, embora exista da parte do órgão responsável pela educação municipal a disposição de implementação de uma inclusão educacional efetiva do sujeito surdo, ainda apresenta carências no implemento de ações como: a oferta de uma educação bilíngue de qualidade com a presença de intérpretes e/ou professores bilíngues. Ainda entendemos que devido o grande número de surdos que não terminaram se quer o Ensino Fundamental Menor, existe uma necessidade de implementação de ações que tragam a este público-alvo o desejo de prosseguirem em sua vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; et al. **Methods and Techniques Used to Collect Ethnobiological** Data. In: ALBUQUERQUE, u. p. DE ET AL. (Editors) *Methods and Techniques in Ethnobiology and Ethnoecology*. New York: Humana Press, 2014;

ALMEIDA, Gilmara. **Cidade tem 50 pessoas que compõem uma comunidade com linguagem incomum**. *Jornal CINFORM Municípios*. Aracaju-SE. 2 a 8 de setembro de 2013, p. 5.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edições 70, 2011.

BRASIL, **Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23/07/2022, as 17:50.

BRASIL, **Lei Nº 10.436 de 24 de Abril de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 23/07/2022, as 18h.

BRUNO Marilda Moraes Garcia e COELHO, Luciana Lopes. **Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000300681. Em 17/07/2022 às 14:49.

CASARIN, Melânia Melo. **Ações para Incluir e Práticas Pedagógicas na Educação dos Surdos**. IN: SILUK, Ana Claudia Pavão (Org) Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria. UFSM - CE. Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. (p.236 -276)

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A Educação dos Surdos Ontem e Hoje: posição sujeito e identidade**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2010.

Dicionário Online do Portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bronco/2022> Acesso em: 29/07/22 as 16:55.

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: TEMPO Brasileiro, 2010.

FHILLIPS, David J. Ka'apor: Indígenas do Brasil. Acesso em: WWW. <https://brasil.antropos.org>. Em: 10/04/19, às 19:22h. 2014.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que Língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábolas Editorial, 2009.

LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. **A Inclusão Escolar Bilingue de Alunos Surdos: princípios, breve histórico e perspectivas.** In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana

Claudia Balieiro. Uma Escola, Duas Línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4ª ed. Porto Alegre. Mediação, 2014. (p. 11 – 32).

LEFREVE, F. LEFREVE, A. M. C. Depoimento e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

MARCONI, MARINA DE Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Pessoas com Deficiências.** Cartilha do Censo 2010. Secretaria de Direitos Humanos da Presidente da República (SDH/PR)/ Secretaria Nacional de promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/ Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Lara Ferreira dos; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. **O Instrutor Surdo em uma Escola Inclusiva.** In: LACERDA, Cristia Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. Uma Escola, Duas Línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4ª ed. Porto Alegre. Mediação, 2014 (p. 51-64).

SOARES, Fabiana Martins Rodrigues; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O Estudo Surdo em Escola Regular: um estudo de caso sobre a construção d identidade.** In: GOES, Maria Cecilia Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Políticas e Práticas da Educação Inclusiva. 2ª ed. Autores Associados, 2007. (p. 221-147).

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda.** Florianópolis Ed. Da UFSC, 2008.

TURCHIELLO, Priscila; SILVA, Sandra Suzana Maximowitz; GUARESCHI, Taís. Atendimento Educacional Especializado (AEE) In: SILUK, Cláudia Pavão. **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. 1ª Ed. Santa Maria: UFSM, CE, 2014. (P. 32 – 75).

VASCONCELOS, Letícia. **Língua de Sinais Ka’apor Brasileira**. In: **Jeito de Ser e Conviver**. Acesso em: jeitodesereconviver.blogspot.com. Em: 17/07/2019, as 17:07h. 2015.